

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE-----

----- **ATA NÚMERO TRÊS** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

---- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu, no Auditório do Liceu Camões, na Rua Almirante Barroso, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vitor Manuel da Cruz Carvalho, e pela Segunda Secretária, Joana Linda Domingos de Castro Correia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---- Ponto 1 – Intervenção do público: -----

---- Ponto 2 – Período Antes Da Ordem do Dia: -----

---- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior:-----

---- Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;-----

---- Ponto 5 – Análise, discussão e votação do Plano de Atividades 2014;-----

---- Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Orçamento 2014;-----

---- Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos 2014-2017; -----

---- Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal; -----

---- Ponto 9 – Análise, discussão e votação do regulamento e tabela de Taxas da Junta de Freguesia de Arroios; -----

---- Ponto 10 – Análise, discussão e votação da adesão da Freguesia de Arroios à ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias. -----

---- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

---- **Do Partido Socialista (PS):** – Maria Alexandra Rebelo Amaro Neuphart, Ana Luísa Cerveira de Mira Feio, Ana Catarina Ramos Antunes, Paulo Miguel Cabeçadas Ataíde Ferreira Coutinho, Pedro Manuel Dias Louro e Carlos Henrique Pinto Caixinha de Marques dos Santos. -----

---- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Manuel de Figueiredo Barroso Baía Afonso, Damião Martins de Castro, João Francisco Borges da Costa e Nuno Miguel Pereira da Cruz. -----

---- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte. -----

---- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

---- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Teresa Sofia Braz de Matos. -----

---- **Do Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)** – Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes. -----

---- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

---- Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, que justificou a sua ausência e foi substituída pelo Membro Ana Catarina Antunes. -----

---- Joaquim Ramos Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído pelo Membro Paulo Coutinho. -----

---- João Mário Amaral Mourato Grave, que justificou a sua ausência e foi substituído pelo Membro João Francisco Costa. -----

---- Nuno Miguel Valentim de Sousa Vitoriano, que justificou a sua ausência e foi substituído pelo Membro Nuno Pereira da Cruz. -----

----- Júlio Prata da Purificação Sequeira, que justificou a sua ausência e foi substituído pelo Membro Teresa Matos. -----

----- Ana Luísa Martins Pereira Mirra, que justificou a sua ausência e foi substituída pelo Membro João Duarte.-----

----- Maria João Castanheira Afonso, ausente sem substituição nem justificação. -----

----- Às vinte e uma horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, A **Senhora Presidente** da Assembleia declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do Público;** -----

----- **Freguês Vitor Manuel Alves Rodrigues** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite à Senhora Presidente, ao Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, a todas as forças políticas que foram eleitas e aos caros concidadãos. -----

----- Gostaria de fazer só telegraficamente quatro perguntas ao Executivo: -----

----- Se pensa este Executivo fazer alguma campanha de comunicação sobre a atual localização da Junta;-----

----- Se pensa o Executivo quais os serviços que irão ser desenvolvidos nos polos a criar e também fazer essa divulgação; -----

----- Se vai este Executivo, à semelhança do que na zona da ex Junta de Freguesia dos Anjos dispúnhamos de algumas vitrinas, aqueles mupis, e de facto havia alguma informação à população, quer das atividades culturais, políticas, do Executivo, etc., se de facto vai ou não vai este Executivo instalar mais vitrinas, mupis, no restante território, nas partes de maior acesso dos fregueses da atual Freguesia, porque de facto era importante termos a participação das pessoas.-----

----- Não se percebe que numa Freguesia onde haja cerca de quarenta mil pessoas estejam aqui representados de facto muito poucos fregueses, muito poucos vizinhos. ---

----- A última pergunta tem a ver que na atual transferência de competências, o que é que pensa fazer o Executivo dos mercados existentes na nossa Freguesia. Existem, como sabem, três mercados, Arroios, Saldanha e Forno do Tijolo, e de facto o anterior Executivo tomou medidas no sentido de dar outra perspetiva e uma outra finalidade ao Mercado Forno do Tijolo. O que é que este Executivo pensa fazer dos mercados? Espero bem que não os pense fechar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Freguês Bruno Ribeiro dos Reis** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite aos elementos da Mesa. Boa noite ao Executivo. Boa noite às forças políticas presentes e aos restantes presentes também. -----

----- Eu estou aqui na tentativa de repor um pouco a verdade. Para quem não me conhece, eu fui gerente da “Metamorfoses Urbanas”, empresa que alugou o espaço onde até amanhã estará o Espaço Ativo. -----

----- Estou aqui não com orientação política, não é isso que me preocupa, mas sim na defesa da minha honra e da honra da minha família. -----

----- As palavras que a Senhora Presidente Margarida Martins proferiu na última Assembleia, dizendo que no primeiro contacto que tinha tido comigo de alguma forma tinha transmitido que tinha dois dias para sair daquele espaço, não é de todo verdade. -----

----- Isso foi tomado pelos presentes elementos da Assembleia, que estavam na Assembleia passada, por algo que faz com que eu tenha uma imagem muito negativa perante os mesmos, que eu só estaria interessado no retorno de uma renda, mas não é bem assim.-----

----- Eu sou um munícipe interessado. Antes do ex-Executivo vir ter comigo, propondo-me realmente o aluguer daquele espaço para promover um espaço empreendedor, eu já o tinha oferecido gratuitamente à Câmara Municipal de Lisboa porque entendia que a

“Artéria” precisava de ser dinamizada e, não estando alugado, seria um bom espaço para eles dinamizarem as ações que achassem necessárias. -----

----- Por isso, eu nunca tive como intenção, até por aquilo que foi o retorno, aquilo que foi o aluguer desse espaço face àquilo que são os valores do mercado, nunca tive por objetivo somente retorno. Tive como objetivo dinamizar a “Artéria”, como filho da proprietária de alguns imóveis no território da ex Junta de Freguesia de Arroios, e por isso gostava que de alguma forma a verdade fosse reposta. -----

----- Não é com palavras como estas, “foi-me dito pelo senhorio no primeiro dia que tem dois dias para sair” que de alguma forma se estabelecem parcerias, se criam laços, se criam interajudas. -----

----- Toda a Assembleia, pelos comentários que ouvi ali ao lado, ficou com uma ideia negativa a meu respeito e gostava que isso fosse alterado, dentro das possibilidades. -

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por desejar a todos um bom ano de 2014. -----

----- Respondendo à intervenção do Freguês Bruno Ribeiro dos Reis, disse que tinha tomado posse no dia 25 de outubro, tendo falado brevemente com os proprietários, durante cinco minutos, em que se marcara uma reunião para dia 28. Infelizmente, durante o período que passara entre ter ganho as eleições e ter chegado à Junta de Freguesia, não lhe fora entregue nenhuma documentação sobre nada da Freguesia. Tinha-lhe sido entregue depois, uma coisa que lhe devia ter sido entregue antes e ao falar com os senhorios, no dia 28, tinha apanhado um susto.-----

----- Como deviam calcular, e pedia desculpa porque não quisera ofender, por vezes as palavras eram ditas com os sustos que se apanhavam, porque saber que fechavam um contrato no dia 30 de outubro, quando tinha chegado no dia 28, saber como o Executivo iria resolver a situação, era nesse sentido que tinha referido os dois dias.-----

----- Não quisera ofender ninguém, mas era um susto grande por não ter tido conhecimento que tinha dois dias para um contrato que pensava ser mais alargado em tempo. O Executivo decidira, por razões de terem outro espaço, renovar por mais dois meses e no dia 1 de novembro pagara as duas rendas para não se ficar em incumprimento. Não era para ofender ninguém, não era para sujar o nome de ninguém, mas era realmente um susto que tinha apanhado. Pedia desculpa se tinha ofendido alguém, mas não era esse o intuito.-----

----- Referiu que todas as bancadas tinham recebido o Plano e sabiam que a localização da Junta seria nos mesmos sítios, que iriam manter os polos de proximidade. O único que estavam a tentar alterar era o de São Jorge de Arroios, porque não tinha condições e falariam disso mais tarde. -----

----- Quanto às vitrinas, não as iriam retirar, mas tinham apenas dois meses de Junta e as casas começavam pelos alicerces. A colocação aconteceria após pensarem o que seria feito, talvez não comprar mais mupis, mas espalhá-los por toda a Freguesia que atualmente tinha três polos. A comunicação era uma coisa que o Executivo tinha na ordem do dia e por isso começavam por diversificar as Assembleias, que seriam em diferentes sítios nos três polos e as pessoas estariam informadas dos locais onde acontecessem.-----

----- Disse que também fazia parte do Plano a transferência de mercados e no Plano, como os partidos receberam e os cidadãos teriam depois conhecimento, não se tentaria liquidar nenhum mercado. O Forno do Tijolo, ficaria uma parte com a Junta e outra parte com a Câmara. Estavam em negociações com a Associação de Mercados de Lisboa e com a União dos Comerciantes para que houvesse uma renovação do Mercado 31 de Janeiro e estavam à espera que a CML começasse as obras de limpeza do Mercado de

Arroios para depois ser reabilitado à população. Essas obras já deviam ter começado antes das eleições, mas não tinha sido assim porque era um espaço onde as pessoas iam votar e fora comunicado pela CML que em breve essas obras iriam começar, até porque faziam parte do PIPARU e estavam previstas e cabimentadas. -----

----- **Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou que tinham sido enviadas às entidades competentes as moções apresentadas e tivera apenas uma resposta do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara relativamente ao pedido de obras no Liceu Camões. --

----- Quanto ao requerimento do PSD, decidira-se enviar para parecer da ANAFRE. Na presente sessão iriam votar a deliberação sobre associar ou não à ANAFRE e só depois seria enviado o requerimento. -----

----- **Membro Vitor Carvalho (PS)** apresentou o seguinte Voto de Pesar, em nome dos Membros do Partido Socialista:-----

----- **VOTO DE PESAR**-----

----- *Considerando a morte, aos 90 anos, no passado dia 26 de dezembro, de Albino Aroso, os Membros da Assembleia de Freguesia de Arroios eleitos pelo Partido Socialista propõem a esta Assembleia, reunida no dia 30 de dezembro de 2013 no Auditório Camões, em Lisboa, que se digne aprovar um voto de pesar em memória daquele que é considerado o pai do planeamento familiar em Portugal. -----*

----- *Albino Aroso, como médico ginecologista, criou a primeira consulta de planeamento familiar em Portugal em 1969, tendo sido um dos principais rostos da reforma que conduziu à impressionante queda da mortalidade infantil em Portugal; ---*

----- *É famosa a sua intervenção quando, em 1963, Albino Aroso, juntamente com um grupo de ginecologistas, tem uma audiência com o Papa João XXIII e o questiona sobre o que pensava Sua Santidade da pílula. A resposta do Papa, que viria a partilhar com os amigos, espelhava o seu pensamento: “da pílula, isso não é com a Igreja, é com os casais”;-----*

----- *Católico, Albino Aroso nunca se afastou da Igreja, devido à defesa pública do planeamento familiar e da saúde da mulher, mesmo quando mais tarde assumiu o “sim” à despenalização do aborto, por considerar que a decisão cabia à mulher, que deveria ser acompanhada com condições e sempre questionada para saber o que falhou;-----*

----- *A seguir ao 25 de Abril de 1974 andou pelas aldeias do norte do País a fazer sessões sobre contraceção e planeamento familiar, divulgando a sua causa e os seus objetivos numa região e num tempo em que era difícil falar destas questões; -----*

----- *A ele se devem os alicerces de uma efetiva política de saúde familiar integrada e integradora;-----*

----- *Em 1976, como Secretário de Estado da Saúde do Sexto Governo Provisório Constitucional, Albino Aroso aprovou a primeira legislação sobre o planeamento familiar; -----*

----- *Embora homem de direita, Albino Aroso foi, como se disse, um dos mais empenhados ativistas da causa da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, tendo sido condecorado por três Presidentes da República e a primeira personalidade a ser galardoada com o Prémio Nacional de Saúde, em 2006;-----*

----- *No ano anterior tinha sido considerado pela Associação Médica Mundial um dos 65 clínicos mais dedicados às causas públicas em todo o mundo. -----*

----- *Num momento em que se verifica um hipócrita retrocesso promovido pela direita nas questões relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez, nomeadamente no país vizinho, nunca é demais relembrar que esta é uma causa civilizacional a não esquecer; -----*

----- *É este Homem, fundador da Associação do Planeamento Familiar e grande impulsionador destas consultas nos centros de saúde, que a Assembleia de Freguesia de Arroios presta a sua homenagem.* -----

----- *Depois de aprovado, o voto de pesar deverá ser enviado à família do falecido, à Associação do Planeamento Familiar e ao Ministério da Saúde.* -----

----- *30 de dezembro de 2013*-----

----- *Os Membros eleitos do Partido Socialista.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar a Albino Aroso**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por apresentar os seus cumprimentos à Mesa da Assembleia de Freguesia, ao Executivo, aos Membros da Assembleia e ao público em geral.-----

----- Apresentou as seguintes moções:-----

----- **MOÇÃO N.º1**-----

----- *“Implicações para o Poder Local Democrático acordadas para o Concelho de Lisboa pelo PS-PSD.*-----

----- *Considerando:*-----

----- *1. A profunda crise económica e social que Portugal atravessa e que em grande parte deriva das políticas de direita que os sucessivos governos do PS e do PSD vêm realizando há mais de 39 anos. E que é neste quadro, e tendo como argumento a situação económica, que novos ataques ao regime democrático e à participação popular se desenvolvem, a partir do acordo do PS com o PSD em Lisboa, em torno da Lei 56/2012, que visa descaracterizar o Poder Local democrático;*-----

----- *2. O acordo entre o PS e o PSD para a Reorganização Administrativa de Lisboa e que este não teve em conta o interesse da população, o cuidado de preservar a história, a realidade dos bairros, as perspetivas de crescimento da cidade previstas no PDM mas apenas a distribuição, entre eles, do poder na cidade;*-----

----- *3. A aprovação pela maioria PS/PSD/CDS na Assembleia da República, da Reorganização Administrativa de Lisboa, que aponta para o início de 2014 a concretização de significativas transformações na organização e funcionamento de serviços públicos essenciais, prestados até à data, pelo Município de Lisboa;*-----

----- *4. O embuste que a Lei 56/2012 configura, na medida em que as alterações que vai introduzir trarão muitos problemas aos municípios, que verão ficar mais distantes dos meios indispensáveis para responder às suas necessidades e ser reduzida a sua possibilidade recorrerem aos eleitos das freguesias, que por seu lado, são obrigados a assumir responsabilidades que só vereadores a tempo inteiro poderiam assumir;*-----

----- *5. A transferência de competências nos moldes previstos na Lei 56/2012 percebe-se, de uma forma clara, que esta situação não só não resolverá nenhum dos grandes problemas que se colocam às Juntas de Freguesia, como ainda vai provocar uma profunda desorganização dos serviços do Município, com a transferência de alguns sectores para a responsabilidade das freguesias, diminuindo-se assim os índices de eficiência, otimização de recursos e de ganhos em economias de escala que o facto de estarem integrados no Município lhes conferia. Os sectores cujos serviços serão objeto de transferência para a responsabilidade das freguesias, vão ficar completamente divididos e sem capacidade para dar resposta, por exemplo, a grandes calamidades, como sucedeu no inverno passado em Lisboa, em que os serviços de proteção civil municipal resolveram rapidamente todos os problemas que então surgiram;*-----

----- *6. A transferência de recursos humanos dos diversos serviços do município para as freguesias, que resulta da Lei 56/2012 e que grande parte dos trabalhadores não aceita*

e até recusa, irá igualmente pôr em risco a capacidade de intervenção dos trabalhadores, com consequências ao nível da gestão e direção dos serviços das Juntas de Freguesias, mas também ao nível da perda de alguns dos seus direitos;-----

----- 7. A alteração de todo o edifício do Poder Local Democrático, que a Lei 56/2012 veio provocar, com a extinção de Freguesias na cidade de Lisboa, a alteração das competências das Freguesias e das regras de financiamento, tudo junto, terá como consequência uma diminuição da qualidade dos serviços públicos prestados e o afastamento das populações dos órgãos eleitos;-----

----- Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios repudiam toda esta nova situação e apelam aos eleitos de todas as forças políticas para que estejam atentos às novas responsabilidades e para que denunciem, junto das populações, todo o processo em curso e suas consequências. Nesse sentido, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 30 de Dezembro de 2013, delibere: --

----- 1. Manifestar a sua oposição à concretização da Transferência de Competências prevista na Lei 56/2012, e promover desde já uma ampla e participada discussão com todas as partes integrantes do processo sobre quais os sectores que devem ficar sobre a égide da Câmara Municipal e aqueles que deverão transitar para as Freguesias, como previsto no art.º 13º da lei em apreço; -----

----- 2. Exigir junto da Câmara Municipal de Lisboa que o processo não se concretize de imediato, como forma, de impedir precipitações que culminem na desorganização de sectores municipais estratégicos, tais como, Educação, Desporto, Ação Social, Limpeza Urbana, Espaços Verdes, Mobilidade, entre outros, e a consequente diminuição da qualidade do serviço público prestado às populações; -----

----- 3. Apoiar a justa luta dos trabalhadores da recolha dos resíduos urbanos que para além de zelarem pela manutenção dos seus postos de trabalho também o fazem pela permanência das condições da higiene urbana de toda a população da cidade; -----

----- 4. Remeter a presente moção para: -----

----- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa; -----

----- Grupos da Assembleia Municipal de Lisboa do PS, PPD-PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN; -----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República do PPD-PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV; -----

----- Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local-----

----- Redação da Agência de Notícias de Portugal — LUSA e do Jornal Comércio de Alcântara. -----

----- Os eleitos do PCP – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte.”-----

----- MOÇÃO Nº2 -----

----- “Considerando: -----

----- Que em virtude da Lei da Reforma Administrativa a atual Freguesia de Arroios passou a agregar as anteriores Freguesias de Anjos, Pena e S. Jorge de Arroios, com os respetivos ativos e passivos. -----

----- Que para o exercício do respetivo mandato o exato conhecimento da situação financeira anterior das três autarquias é imprescindível e inalienável. -----

----- Considerando que o reconhecimento de anormalidades na gestão dos dinheiros públicos transferidos para a Junta de Freguesia de S. Jorge de Arroios foi denunciado durante o mandato de 2005/2009, de maioria PSD/CDS, pelos elementos do PCP à

IGAL a qual, dando seguimento nomeou um inspetor para análise das razões da denúncia. -----

----- Considerando que no final desse Mandato o Presidente da Mesa da Assembleia fez distribuir pelos membros presentes um documento em que era desconhecido o destino dado a milhares de euros pelo executivo cessante. -----

----- Considerando que foi denunciada no ano de 2010 em Assembleia Municipal, as anomalias atrás descritas do que resultou, finalmente, a suspensão de transferências por parte da Câmara Municipal para a referida Junta. -----

----- Considerando que em 2011, o PCP, dado não ter havido conhecimento do resultado das diligências anteriores, voltou a denunciar à mesma entidade (IGAL) a contumácia do executivo, recebendo doze meses depois um ofício da Inspeção Geral de Finanças onde lhe é comunicado ter sido o assunto remetido ao Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP). -----

----- Considerando que destas diligências não existe qualquer notícia de eventuais consequências, quaisquer que elas sejam. -----

----- Considerando que na penúltima sessão da Assembleia da extinta Freguesia de Anjos o elemento do Executivo, nomeado para o apuramento das contas de gerência, saldos e demais elementos correspondentes às posições financeiras das Freguesias tomadas individualmente à data da agregação ter declarado não terem sido entregues por S. Jorge de Arroios quaisquer documentos contabilísticos, pelo que se tornava inviável avaliar a respetiva situação financeira. -----

----- Que as declarações da Senhora Presidente do atual executivo da Junta de Freguesia de Arroios a um jornal diário sobre a situação financeira de S. Jorge de Arroios, extinta pela supracitada Lei, relevam o desconhecimento - até à data detetado - da aplicação dada a cerca de 200000 (duzentos mil euros pelo executivo PSD/CDS no anterior mandato, anomalia grave e corroborada por um elemento da Mesa da Assembleia na sessão de seis de Dezembro do corrente ano que relevou a diferença de rigor administrativo entre S. Jorge de Arroios e Anjos. -----

----- Considerando que ao iniciar o respetivo mandato, esta Assembleia e o Executivo eleitos não podem permitir qualquer espécie de laxismo quanto a “heranças” obscuras do uso de finanças públicas e que se poderá refletir no bom nome de quem, como era seu compromisso com o eleitorado, as geriu com seriedade e rigor dentro de opções sociais e políticas próprias e que nem sequer são as de quem propõe esta Moção. -----

----- Assim e em consequência, a Assembleia de Freguesia de Arroios reunida em 30 de Dezembro de 2013 delibera exigir às entidades competentes a atuação conducente ao apuramento de todas as responsabilidades jurídicas, administrativas e políticas e que a Justiça aja em conformidade. -----

----- Não se trata de qualquer questão de luta política, trata-se de higiene pública e de reposição de legalidade envolvendo dinheiros públicos transferidos dos contribuintes para benefícios coletivos. -----

----- Os eleitos do PCP – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte”. -----

----- Seguidamente, apresentou a seguinte recomendação: -----

RECOMENDAÇÃO -----

----- “Recomendação à Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Arroios ---
----- Tendo por objetivo a melhoria do funcionamento dos trabalhos das futuras Assembleias, as eleitas do Partido Comunista Português recomendam, à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Arroios que em próximos atos deverá ser respeitado o seguinte:-----

----- Após a votação dos documentos a escrutínio, a Senhora Presidente da Mesa deve anunciar o número dos votos a favor, dos votos contra e das abstenções, identificando as forças políticas que o fizeram;-----

----- O anúncio de aprovado ou recusado só deverá ser feito após o procedimento anterior e NUNCA antes;-----

----- Sempre que haja interpelações ao executivo, a Presidente da Mesa da Assembleia deve pedir à Presidente da Junta de Freguesia para se pronunciar e esta, se assim o entender, poderá pedir a um outro membro do executivo para o fazer; -----

----- Os eleitos do PCP – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a Mesa iria ter em conta a recomendação feita à Presidência da Mesa.-----

----- Seguidamente, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção nº1**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com 14 votos contra (PS, PSD e CDS-PP), 3 votos a favor (PCP e BE) e 1 abstenção (PAN).-----

----- Submeteu à votação a **Moção nº2**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 16 votos a favor (PS, PSD, PCP, CDS-PP e BE) e 2 abstenções (PAN e IPS).-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo, António Bacalhau**, disse que, relativamente ao DCIAP, os processos encontravam-se em segredo de justiça. Estava-se a aguardar informação do Tribunal de Contas e até à data o único processo que se encontrava a decorrer era uma ação declarativa relativamente à nulidade dos aumentos salariais introduzidos pelo anterior Executivo.-----

----- Referiu que o atual Executivo já tinha consultado três Sociedades Revisoras Oficiais de Contas no sentido de pedir uma proposta para ser efetuada uma auditoria às contas da Junta de São Jorge de Arroios.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** começou por desejar a todos os presentes um bom início de 2014, que tivessem energia e força para os combates que tinham pela frente para criar uma vida mais justa para todos.-----

----- Apresentou a seguinte moção:-----

----- MOÇÃO Nº3 -----

----- “Revogação/Não aplicação do Aumento do Horário de Trabalho nos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios -----

----- Considerando que:-----

----- 1 - O Governo impôs o aumento do horário de trabalho na Administração Pública Central e Local de 35 horas semanais para 40 horas, sob o argumento da igualização do horário de trabalho com o praticado no setor privado.-----

----- 2 - O aumento de 35 para 40 horas semanais não traz a maior produtividade dos serviços nem vai tornar mais eficaz o atendimento aos fregueses, até porque o mesmo já é reconhecidamente de qualidade, e eficiente.-----

----- 3 - O aumento do horário de trabalho consubstancia uma perda de direitos e da retribuição, faz crescer os fatores de descontentamento e de mal-estar laboral que, esses sim prejudicam a produtividade e a identificação dos trabalhadores com os objetivos de serviço público da junta de freguesia.-----

----- 4 - Além disso, o prolongamento da jornada, de trabalho prejudica vincadamente a vida pessoal dos trabalhadores e agrava as dificuldades na articulação com as suas responsabilidades familiares e sociais.-----

----- 5 - Constituindo claramente unia desvalorização salarial (há quem a avalie em cerca de 14%) e uma pressão para a redução de postos de trabalho, o aumento do

horário de trabalho não encontra qualquer justificação, nem argumentos, a favor dos trabalhadores e da própria junta de freguesia.-----

----- 6 - O aumento do tempo laboral, para as 40 horas, a par do ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local, concretiza mais um corte brutal da despesa pública e prepara uma vaga de despedimentos, anunciada na proposta de Orçamento do Estado-2014, agravando a recessão económica, e as condições sociais na junta de freguesia e no país.-----

----- 7 - Nos termos do artigo 243º, n.º 1 da Constituição da, República Portuguesa as autarquias locais dispõem de quadros de pessoal próprios, nos termos da lei, constituindo este preceito um corolário do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais.-----

----- 8 – Nos termos do artigo 18º, nº 2, alínea e) do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Presidente da junta de freguesia a gestão dos recursos humanos afetos ao serviço da freguesia.-----

----- Assim, a representante do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de freguesia de Arroios, reunida em 30 de Dezembro de 2013, delibere:-----

----- Recomendar à Presidente da Junta de freguesia de Arroios, ao abrigo do artigo 9º, nº 2, alínea k) do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a não aplicação/revogação do aumento do horário de trabalho dos funcionários de todos os serviços desta freguesia.-----

----- Proposto nesta data pelo representante do BE na AF de Arroios, Beatriz Gomes Dias”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção nº3**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (3PS, PCP, BE e PAN), 5 votos contra (PSD e CDS-PP) e 6 abstenções (PS).-----

----- **A Senhora Secretária do Executivo, Ana Santos**, referiu que esse assunto estava a ser tratado pelo Executivo. Não se tinha aplicado nem havia intenção de aplicar o horário das 40 horas e estava prevista uma reunião com o STAL em janeiro. Estava-se a praticar o horário das 35 horas e estava-se a fazer um atendimento de 8 horas diárias para o exterior, mas com um horário de 7 horas por funcionário.-----

----- **Membro Nuno Cruz (PSD)** disse que tinha ficado com algumas dúvidas na intervenção do público sobre o Espaço Ativo. Não sabia como era o contrato, mas com a intervenção do freguês e depois de ler a ata da última Assembleia, na qual não estivera presente, ficavam-lhe algumas dúvidas.-----

----- Referiu que o Executivo tinha toda a legitimidade para querer fechar o Espaço Ativo, ou decidir mudar de localização e manter o conceito, era uma decisão política. Contudo, o que não achava correto era a impressão de não ter sido uma decisão política e sim uma situação complicada e herdada do antigo Executivo dos Anjos.-----

----- Realmente na última Assembleia a Senhora Presidente da Junta tinha referido exatamente o que o freguês dissera ali, que tinha chegado e tinha dois dias para fechar. Como advogado de profissão e não conhecendo o contrato, estando apenas a fazer uma suposição, pressupunha que fosse um contrato de arrendamento e normalmente não haveria problema nenhum, a não ser que uma das partes tivesse feito oposição à renovação dentro do prazo legal. Não sabia se era isso que tinha acontecido ou não, se era isso que o senhorio tinha feito, pelos visto a Junta não o fizera. Ou o senhorio se opusera à renovação e realmente tinham que sair no dia 30, ou o contrato continuava em vigor.-----

----- Era isso que queria perceber, até porque a justificação dada pela Senhora Presidente da Junta era de que fizera o comentário por causa da surpresa. Acabara de ler a ata,

pensando que era de dia 28 de outubro, mas acontecia que era de dia 6 de dezembro. Portanto, a Senhora Presidente da Junta tivera o tempo necessário para receber o impacto dos dois dias, mas no dia 6 de dezembro já não tinha a necessidade de fazer essa declaração. Aí compreendia-se que o freguês tivesse ficado incomodado, porque no dia 6 de dezembro já não havia impacto nenhum. -----

----- Como tinha começado por dizer, havia toda a legitimidade de encerrar, ou de mudar a localização e manter o conceito, mas dar a entender que eram apanhados de surpresa e parecendo que tinha havido uma espécie de armadilha, porque era o que passava da ata, não lhe parecia correto e queria ver isso cabalmente esclarecido. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que tinha consigo os contratos e os recibos. O contrato era a tempo certo e a renda estava paga, já com a caução, até ao dia 31 de outubro. Para dar tempo à resolução do problema fizera-se um contrato por mais dois meses. -----

----- Havia um espaço que estava livre na Damasceno Monteiro, que iria abrir no dia 2 de janeiro, onde iria funcionar ao nível da procura de emprego e de apoio social. -----

----- Não tinha nada a esconder e tinha o contrato para quem quisesse ver. -----

----- **Ponto 3 - Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que competia retificar uma afirmação feita na Assembleia extraordinária de 6 de dezembro, que o Plano de Atividades e Orçamento para 2013, bem como os protocolos de delegação de competências entre a CML e a ex Freguesia de São Jorge de Arroios não tinham sido aprovados. Na verdade, o Plano de Atividades e o Orçamento para 2013 tinham sido aprovados por maioria, com seis abstenções, como estava na ata de 27 de fevereiro de 2013, mas a ratificação dos protocolos tinha sido rejeitada, com cinco votos contra, um voto a favor e uma abstenção, conforme a ata de 26 de junho de 2013. Competia fazer essa retificação de algo que tinham dito e que não estava correto. -----

----- Disse ainda que o ponto 3 da ordem de trabalhos deveria ser alterado para “Leitura, discussão e votação das atas das sessões anteriores”, visto que a ata da instalação também não tinha sido aprovada em 6 de dezembro. -----

----- Passando à ata de instalação, verificava que tinham sido retificados dois pontos, mas quanto ao ponto da última página, a retificação feita não correspondia à verdade. Tinha-se proposto na altura que devia ser “Seguidamente, a Presidente da Junta de Freguesia deu por encerrada a sessão” e não aquilo que constava agora, que lhe parecia estar pior do que estava antes. -----

----- Dizia-se que “Seguidamente, não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia de Freguesia encerrou a sessão”. Não era isso que tinha acontecido, primeiro porque havia mais intervenções e, segundo, quem encerrara a sessão tinha sido a Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº1**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor (PS, PSD e PAN), 3 abstenções (PSD, CDS-PP e BE) e 2 votos contra (PCP). -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha algumas referências a fazer quanto à ata da sessão anterior: -----

----- Na página 16, no primeiro parágrafo, em vez de CDU devia constar PCP; -----

----- Na página 16, terceiro parágrafo, dizia-se “ressalvando que não tinha sido intenção de ninguém menosprezar ou deixar de dar” e ficava por aí. Parecia faltar ali qualquer coisa; -----

----- Na página 18, em continuação do parágrafo da página anterior, tinha-se feito a sugestão sobre a frase que deveria ficar no texto e que não estava expressa. Era a tal que tinha a ver com a referência ao encerramento, que constava da ata anterior; -----

----- Na página 20, no segundo parágrafo, tinham sido mencionadas as rúbricas que suscitaram pedidos de esclarecimentos e na ata não era referido. Lembrava-se de ter falado nas diversas rúbricas que punha em questão e na ata nada se dizia.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que havia alguma dificuldade com as atas na anterior Assembleia de Freguesia dos Anjos e continuava a ter na atual Assembleia de Freguesia. As atas deviam traduzir o que tinha sido discutido na Assembleia de Freguesia e, ao ler a ata da sessão anterior, verificava-se que era bastante evasiva. Percebia a dificuldade em compilar tudo o que era discutido e o pormenor de algumas das discussões na ata, mas não se referiam alguns dos aspetos que tinham sido realçados.

----- Recordava-se de ter referido muitas vezes as rúbricas que lhe suscitavam maior dúvida, as que se prendiam com “outros” e com “diversos”, mas ao ler a ata não verificava essa referência. -----

----- Tinha sido claro da sua intervenção que o Orçamento era pouco específico em algumas rubricas, desejando que esse pormenor fosse expresso nos orçamentos futuros para melhor compreensão, quer da parte de quem analisava e que eram os Membros da Assembleia, quer fosse do público que assistia à Assembleia e que muitas vezes não tinha conhecimento do que estava a ser discutido. Esse pedido não estava referido na ata.

----- Percebia a dificuldade, porque as transcrições deviam ser bastante longas, mas tinham que encontrar um modelo para que as atas fossem mais fiéis ao que tinha sido discutido na Assembleia de Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que a transcrição tinha 47 páginas e fizera-se um grande esforço de síntese para colocar tudo aquilo que parecia essencial. Não era fácil resumir e chegava-se a uma altura em que se deitava “atas pelos olhos”, optando-se por cingir àquilo que era essencial. -----

----- Tentar-se-ia melhorar ainda mais e arranjar uma forma de conseguir fazer as atas não com as 47 páginas, porque isso era impossível, uma transcrição integral *ipsis verbis* com todos os apartes e observações. Havia a transcrição eletrónica e quem quisesse ouvir podia fazê-lo. Tentariam melhorar e fazer uma ata que agradasse a toda a gente. ---

-- Informou que a Ata nº 2 era retirada e que seria novamente apresentada para aprovação na próxima Assembleia. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do artº 9, da Lei nº 75/2013;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que se tinha enviado uma Informação Escrita com dez páginas a todas as pessoas e parecia não ser necessário tornar a ler toda essa informação do trabalho feito entre 25 de outubro e 31 de dezembro. -----

----- Disse que tinha havido um trabalho bastante elaborado no âmbito da ação social. Aumentaram-se os custos logísticos do projeto que agora se chamava “Arroios Consigo”, a cedência de uma carrinha da Câmara Municipal de Lisboa no “Porta a Porta”. Continuara-se com os projetos do BIP-ZIP; -----

----- Tinha havido reuniões com os jardins de infância da Freguesia dos Anjos, que era assim que se chamava, para a criação de um berçário, bastante necessário, e reuniões com todas as entidades existentes na Freguesia de Arroios que prestavam apoio alimentar, o Exército de Salvação, o Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios, Associação Humanitária de Mulheres Empreendedoras, Sociedade de São Vicente de Paulo – Vicentinas, com o objetivo de se fazer um trabalho articulado e respondendo

assim de uma forma justa a todas as pessoas carenciadas que de momento precisavam desse tipo de apoio; -----

----- Tinham-se entregue 401 cabazes de Natal à população mais carenciada da Freguesia, com o apoio da entidade de apoio alimentar local. Para a preparação dos cabazes contara-se com a oferta de bacalhau do Banco de Portugal e alguns restaurantes e marisqueiras locais, assim como bolos-rei provenientes de pastelarias da Freguesia.--

----- Como já tinha referido antes, aconteceram reuniões com a Associação de Mercados de Lisboa por causa dos três mercados existentes; -----

----- Também tinham reunido várias vezes com o Senhor Presidente da Câmara, com a Vereadora Graça Fonseca, com o Vereador Fernando Medina e com o Vereador Duarte Cordeiro, no âmbito da reforma administrativa; -----

----- Tinha-se feito uma reunião com o Arquiteto António Braga para a construção de um parque infantil junto à piscina de Arroios situada no polo dos Anjos, que esperava dar frutos para muito breve; -----

----- Acontecera uma reunião com os administradores da EMEL em relação à revisão dos arruamentos, por causa da mobilidade pedonal dos passeios públicos, e com a Braga Parques por causa do Casal de Santa Luzia; -----

----- Fizeram-se reuniões com moradores por causa da requalificação e também com o Departamento de Obras da Câmara para a instalação de um elevador que ia desde o Mercado do Forno Tijolo até à Rua Damasceno Monteiro, por causa da mobilidade. Era uma das coisas em que estavam também bastante empenhados; -----

----- Tinham-se visitado também os centros de recolha de lixo e reunido com toda a equipa do desporto. -----

----- Disse que ficava disponível para qualquer esclarecimento. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a Informação Escrita estava bem elaborada e realmente muita coisa tinha sido feita em dois meses. No entanto, gostaria de colocar algumas questões e dar algumas sugestões. -----

----- Talvez fosse interessante no futuro organizar por áreas e referir verbas atribuídas. Sabia-se que tinha sido um período muito pequeno e ainda em fase de organização, de conhecimento da respetiva Freguesia, mas no futuro talvez pudessem juntar mais informação. -----

----- Gostaria de saber acerca do projeto “Remédio Anjo”, se seria extensivo a toda a Freguesia, assim como os projetos “Anjos Consigo” e “Porta a Porta”, se também seriam para toda a Freguesia. -----

----- Havia a informação de terem acontecido reuniões com vários arquitetos sobre a área habitacional da Freguesia e gostaria de saber qual a razão, se era muito específico ou não. -----

----- Uma coisa que não estava na Informação e era pena, quanto aos problemas financeiros na ex Freguesia de São Jorge de Arroios não havia qualquer menção sobre o assunto. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)**, referindo-se ao parque infantil que seria construído nos terrenos onde decorria a Assembleia de Freguesia dos Anjos, disse que tendo sido demolido o edifício por questões de segurança, porque na altura tinha havido um deslizamento de terrenos, perguntou se todas as infraestruturas para segurança daquela zona já tinham sido concluídas ou estavam em fase de conclusão. -----

----- Também queria perceber a razão da escolha daquele local. A Freguesia tinha poucos espaços disponíveis para a criação do jardim infantil, mas havia a questão da instabilidade do terreno naquela zona. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que no momento o terreno estava completamente organizado, tinha sido tratado o assunto que levava ao deslizamento de

terras. Era um projeto da DMPO da Câmara Municipal de Lisboa para o terreno, que era camarário. Não se queria que os cidadãos, as crianças, as famílias, tivessem problemas e estava a ser realizado o projeto, que estaria pronto dentro de cerca de mês e meio, segundo a promessa feita.-----

----- Quanto à questão sobre as várias reuniões com arquitetos, disse que eram serviços completamente diferentes. Havia uma coisa chamada Unidade de Intervenção Territorial e que tinha feito um estudo bastante importante para a Freguesia. Estava-se a trabalhar em conjunto nessa área, para que Arroios fosse um local de prazer e com qualidade na vida das pessoas, todo o Arroios e não só uma parte. Por isso mesmo havia um trabalho que tinha de ser feito com equipas completamente diferentes.-----

----- A equipa do desporto tinha a ver com os projetos de requalificação dos campos de jogos, da piscina, de uma série de assuntos.-----

----- Outra equipa iria ver da questão do elevador. As reuniões eram feitas dentro dos serviços camarários que estavam a apoiar e podia dizer que estavam a ser feitas as medições para ver se era possível criar o tal elevador. Havia pessoas bastante idosas que iam ao Mercado da Damasceno Monteiro e depois tinham que subir.-----

----- Eram equipas diferentes com quem a Junta tinha que trabalhar, que eram importantes e estavam a apoiar. Eram terrenos camarários e por isso mesmo tinha que se trabalhar com essas equipas todas. Por exemplo a questão do berçário, era uma coisa do jardim de infância, mas a Junta fazia parte dos seus corpos sociais e por isso tinham que discutir a questão do terreno com várias entidades. Podia dizer que desde o Arquiteto Manuel Salgado, ao Arquiteto João Afonso, à Ação Social, era uma série de serviços diferentes na Câmara com quem se tinha de reunir e articular para que as situações chegassem a bom porto.-----

----- Disse que quando se tomava conta de uma Freguesia que era a união de três Freguesias, todos os fregueses tinham os mesmos direitos. Não se mantinha um programa apenas num polo. Tentariam ter todos os apoios da mesma forma e com os mesmos critérios para toda a população. Havia pontos que por vezes podiam ser mais necessários nuns polos que noutros e sítios onde se podia articular mais com as associações. Não havendo associações junto aos polos, era a própria Junta a ter que fazer esse trabalho, mas queria-se ter o mesmo trabalho para toda a população e não haver nenhuma discriminação, com o mesmo empenhamento em todas as questões sociais e culturais.-----

----- Podiam contar com o Executivo para um trabalho abrangente a toda a população e não por sectores. Era nesse sentido que estavam a trabalhar.-----

----- Quanto a São Jorge de Arroios, deviam ter as contas aprovadas de 2013 para as entregar aos ROCs, para ver qual era a empresa que iria fazer esse trabalho, mas era uma coisa que estava pensada fazer desde o princípio. Sempre que aparecia mais um problema ia-se juntando, pedindo às pessoas para explicarem a razão desse problema, mas não era fácil e queria saber concretamente, até porque era preciso saber onde estava o dinheiro, como tinha sido gasto e qual a situação em que estava, até porque essas dívidas teriam que ser pagas. A Freguesia mudara, mas a atual tinha ficado com as dívidas.-----

----- **Ponto 5 - Análise, discussão e votação do Plano de Atividades 2014;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que todos os Membros tinham recebido o Plano.-----

----- Disse que o Plano de Atividades para 2014, à luz da nova reforma administrativa, orientava-se em torno de três eixos estruturais que orientaram o programa eleitoral sufragado nas últimas eleições e que ajudariam a equipa a não perder de vista os seus

objetivos durante o primeiro ano, assim como servia ao mesmo tempo para que os municípios da Freguesia pudessem ir aferindo da sua concretização.-----

----- Não podia deixar de referir que se incorporara no Plano uma parte significativa das sugestões dos partidos com assento na Assembleia de Freguesia.-----

----- Queria-se chegar às pessoas, fazendo de Arroios um lugar com mais educação, ao garantir com o apoio da CML a continuidade da Componente de Apoio à Família, em estreita colaboração e diálogo com as direções de agrupamentos, com coordenações das escolas e com associações de pais, quer no seu formato de prolongamento do horário escolar, quer na vertente de férias escolares e interrupções letivas, ao dar continuidade aos protocolos existentes com as instituições locais com vista à promoção do ensino artístico e da formação desportiva como complementos da oferta educativa, escolar, operacionalizando esses projetos sempre que possível no seio do espaço escolar.-----

----- Queria-se também reforçar junto da CML a necessidade de implementação de novos equipamentos pré-escolares, nomeadamente o berçário, creches e jardins de infância.-----

----- Chegar-se-ia às pessoas fazendo de Arroios um lugar com mais saúde, ao melhorar o horário do posto clínico de Arroios no que tocava às condições higiénico-sanitárias, bem como à disponibilização das especialidades médicas e de enfermagem adequadas às necessidades da população, prevendo-se ainda a inclusão de um gabinete de enfermagem, de serviços de psicologia, nutrição e pedologia, ao promover de modo contínuo e continuado rastreios de saúde nas mais diversas áreas em sinergia com várias entidades públicas e privadas, ao facilitar a extensão do atendimento psicossocial aos diferentes polos da Junta de Freguesia de Arroios, assente numa lógica de proximidade com a população e tendo em vista contribuir para a resolução de situações sociais sinalizadas.-----

----- Chegar-se-ia às pessoas fazendo de Arroios um lugar com mais mobilidade, ao identificar equipamentos públicos em situação de risco e apresentar propostas para a sua reabilitação e utilização em articulação com a CML, ao intervir de forma continuada nos passeios e ruas da Freguesia por forma a garantir a sua preservação e reparação sempre que necessária, colocando antiderrapantes em passeios e escadarias nos vários locais da Freguesia, permitindo à população uma mobilidade mais segura.-----

----- Ainda alargar o programa “Lisboa Porta a Porta”, previamente da responsabilidade da CML, bem como o serviço “Arroios Consigo”, por forma a responder às necessidades de mobilidade dos bairros mais antigos ou carenciados ao nível da oferta de transporte público, facilitando as deslocações de pessoas idosas ou de mobilidade reduzida no interior do bairro e entre o bairro e a cidade.,-----

----- Disse estar convencida de que iriam chegar às pessoas com muitas medidas que o Executivo decidira implementar no novo ano de 2014 e que podiam ser consultadas por todos no Plano de Atividades. Estava também convencida de que não se começava uma casa pelo telhado, mas sim pelos alicerces, o que significava que um trabalho visível que começara no dia da tomada de posse se iria prolongar até finais de março.-----

----- Os alicerces de que falava eram por exemplo as telecomunicações, onde não podia deixar de referir casos caricatos e de completa falta de respeito pela gestão da coisa pública, como encontrar telefones com contratos de catorze anos, tempo em que se pagava aluguer de equipamento e que se continuava a pagar desnecessariamente.-----

----- Os alicerces também eram a criação de uma plataforma digital que iria comportar a intranet com uma melhor operacionalização na gestão da Junta de Freguesia e uma extranet para melhor comunicação da Junta com os seus fregueses.-----

----- Não podia terminar sem referir mais uma vez a preciosa colaboração dos colaboradores e funcionários, que vinha sendo estrutural no desenvolvimento das atividades. -----

----- Concluiu dizendo que era um pequeno resumo de tudo o que tinha sido feito e que fora entregue aos Membros da Assembleia, onde poderiam encontrar bastantes propostas que tinham apresentado e que não eram só para ficar no papel, mas sim propostas para serem realizadas. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por manifestar agrado por o Plano contemplar contributos das propostas do PCP. No entanto, havia duas propostas que não via contempladas e que considerava de muita importância, pelo que gostaria de saber o que iriam fazer com elas. -----

----- Uma das propostas era a defesa de uma alternativa de transporte para a Rua Damasceno Monteiro e da reposição de carreiras de autocarros suprimidas na Freguesia. Esse era um caso bastante complicado para a população da Freguesia. -----

----- Outra proposta era para acompanhar o projeto denominado “Colina de Santana”, que abrangia os hospitais de São José, Santa Marta, Capuchos e Miguel Bombarda, defendendo que fosse encontrada uma solução que satisfizesse os interesses dos moradores e da cidade, que defendesse o património existente contra a sua desativação e não deixando sobrepor interesses imobiliários aos interesses das pessoas, bem como defender a manutenção do Hospital Dona Estefânia, hospital de referência na assistência pediátrica pré-natal e natal. -----

----- Essa era uma área muito importante para toda a população da Freguesia e não só, da cidade e até de toda a população de Portugal, visto que por exemplo São José tinha muitos utentes de fora da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que verificava com agrado a existência das reuniões temáticas organizadas pela Assembleia Municipal de Lisboa. Tinha estado presente na primeira sessão, onde também estivera a Senhora Presidente da Junta, e aconteceriam mais quatro sobre esse assunto “Colina de Santana”, que era bastante importante e todas as pessoas deveriam estar presentes nessas reuniões para terem a noção exata do que isso significava para a população e para a cidade. -----

----- Verificava, relativamente ao movimento associativo, várias verbas destinadas a instituições sem fins lucrativos. Tinha uma proposta sobre esse assunto, que passava a ler: -----

-----PROPOSTA-----

----- *“Considerando que o Associativismo constitui uma das grandes riquezas da nossa Freguesia com o qual se deve pretender construir um novo tipo de relacionamento, enquadrando na mesma estratégia a globalidade dos agentes, e aqui leia-se Câmara Municipal e outros agentes financiadores das entidades de desenvolvimento local. -----*

----- *Achamos que se deve ir para além de uma cooperação limitada a respostas e apoios pontuais a solicitações das Associações. -----*

----- *De forma a consolidar este ideal seria necessário qualificar e regulamentar o relacionamento da Junta de Freguesia com os agentes locais, racionalizando os recursos disponíveis e clarificando publicamente as normas que regulamentam o seu acesso. -----*

----- *Tendo em conta as várias propostas inclusas tanto no Plano de Atividades, bem como no Orçamento, e tendo em conta as elevadas verbas que servirão para apoio a instituições sem fins lucrativos, e que estas verbas deverão ser utilizadas de forma clara e transparente, garantindo um acesso equitativo de todas as entidades proponentes: ---*

----- *Propomos que seja criado um regulamento geral anual de atribuição de apoios a entidades de desenvolvimento local, sejam elas associações ou instituições de carácter*

cultural, desportivo, religioso ou social, sejam projetos de parcerias entre várias instituições; -----

----- Propomos igualmente que tanto os regulamentos, os projetos/entidades apoiadas, bem como a classificação decorrente do regulamento sejam publicados nos pontos de divulgação da Junta, bem como no site da mesma. -----

----- Os eleitos do PCP – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte.”-----

----- Continuando, disse que gostaria ainda de saber sobre o Plano, se já teria havido alguma atribuição de verba a alguma associação ou associações. -----

----- Na área da saúde, no ponto 2, referia-se “criar parcerias com clínicas e equipamentos de saúde locais. O PCP não estava em desacordo, mas queria salientar que tudo deveria ser feito com um Serviço Nacional de Saúde eficaz e que servisse todos sem exceções, não permitindo que fosse substituído por quaisquer outras formas e responsabilizando o Estado pela sua manutenção e eficácia. -----

----- Na página 8, no ponto 2, no apoio a determinadas datas comemorativas, talvez fosse de acrescentar as datas de 1 de dezembro e 5 de outubro, marcos importantes da História de Portugal e que tinham até resolvido tirá-las como feriados, sem se perceber muito bem a razão. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** começou por congratular o Executivo da Junta de Freguesia por ter integrado algumas das propostas apresentadas pelo BE para o Plano de Atividades. Além disso, era com imenso agrado que via a descrição do que se pretendia fazer na Freguesia de Arroios e, se o Executivo conseguisse aplicar o Plano de Atividades, iria ter bastante sucesso no tornar a Freguesia mais aprazível e se calhar mais equilibrada e mais justa para os que ali habitavam. -----

----- Tinham-lhe surgido algumas ideias conforme ia lendo o Plano de Atividades, algumas que estavam na proposta do BE que não se tinha enviado, mas que podiam enriquecer durante a discussão. -----

----- Na página 3, ponto 9, no programa de apoio integrado ao estudante, era interessante que se fizesse em articulação com as associações culturais existentes na Freguesia, de modo a estimular alguns aspetos do ensino e da aquisição de competências de uma forma não formal. Havia várias associações que se dedicavam a um conjunto de funções que não estavam diretamente relacionadas com o ensino formal da escola e que era extremamente interessante potenciar. -----

----- Na página 3, ponto 10, quando se dizia que “reforçar junto à Câmara Municipal as necessidades de implementação de novos equipamentos pré-escolares, nomeadamente berçários, creches e jardins de infância”, era interessante conhecer a capacidade das creches já existentes e então perceber a necessidade real. -----

----- No ponto 12, ainda na mesma página, perguntou onde iriam funcionar essas universidades, se iriam ter diferentes universidades em cada um dos polos, com a manutenção dos já existentes e a criação do polo da Pena, ou se seriam todas concentradas num único polo e como se pensaria o transporte das pessoas que fossem frequentar, uma vez que o território da Freguesia era bastante alargado. -----

----- No ponto 13 estava “promover e apoiar a aprendizagem da Língua Portuguesa junto das comunidades estrangeiras”. Gostava de conhecer os projetos para conseguir esse objetivo e se eram articulados com as escolas da Freguesia. Aí acrescentaria uma proposta, que era uma campanha de alfabetização de atualização de competências para a população adulta, uma vez que a população adulta continuava a ter uma escolaridade muito mais baixa e com o fim do programa “Novas Oportunidades”, com todas as alterações existentes na escola pública, era interessante a Junta de Freguesia pensar numa forma de desenhar um programa que pudesse compensar esses portugueses nas

suas competências e ajudá-los a adquirir novas competências, que muitas vezes podiam ser uma plataforma para encontrar trabalho, ou para poderem sair de situações de pobreza em que alguns se encontravam.-----

----- Na página 4, ponto 4, era importante pensar no alargamento do horário de funcionamento das bibliotecas, uma vez que a população estudantil residente na Freguesia, nacional e estrangeira, muitas vezes vivia em quartos alugados e tinha condições de estudo e trabalho mais precárias. As bibliotecas, enquanto espaços de estudo, podiam ser uma resposta bastante eficaz.-----

----- Sabia-se que a Cidade de Lisboa recebia bastantes estudantes, era a cidade portuguesa que mais estudantes acolhia e tinha que se encontrar respostas para os jovens que habitavam na Freguesia. Uma delas poderia ser o alargamento do horário de funcionamento, quer da biblioteca municipal, quer das outras bibliotecas ou espaços de estudo que pudessem existir na Freguesia.-----

----- Na página 5, sobre a Comissão Social da Freguesia de Arroios, gostava de saber quais eram os parceiros locais que iriam integrar essa comissão e quais os critérios dessa comissão, uma vez que não lhe parecia estar claro.-----

----- Ainda nessa página, relativamente ao balcão de emergência social, gostava que a Senhora Presidente da Junta, se pudesse, que explicasse quais eram os objetivos e quais as competências de que seria dotado, de modo a poder-se entender que trabalho iria realizar.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** explicou que quando se fizera o Plano tinham cem páginas e isso era impossível para trabalhar.-----

----- Por exemplo, não havia as pessoas no polo de São Jorge de Arroios em instalações condignas para fazerem os seus trabalhos manuais, para criação. Alargara-se todo o âmbito do espaço onde as pessoas faziam a sua área de trabalhos manuais e convidaram-se as pessoas mais idosas a visitar o novo espaço para saber se se sentiriam bem, indo com os seus professores para apoiar. Propusera-se até, como se fazia noutras áreas, que a carrinha fosse buscar e levar as pessoas. Nessa área não queriam mas por exemplo na aula de movimento levavam-se as pessoas a partir da Almirante e do polo dos Anjos, levando e trazendo conforme a necessidade das pessoas.-----

----- Havia toda uma organização que, se fossem estar a dissecar ponto a ponto no momento, não chegariam ao fim do projeto.-----

----- As questões que foram colocadas, todas elas estavam pensadas e estruturadas. A Comissão Social de Freguesia já existia e era para incorporar toda a gente, podendo depois fazer grupos de trabalho por áreas.-----

----- Era extremamente importante o trabalho com associações de estudantes e estava a ser estudada a situação nessa área. Podia dizer que na dita biblioteca do polo dos Anjos, que era um espaço de leitura, tinham-se colocado mais mesas porque havia imensos jovens do ERASMUS que estavam lá até às 20 horas, porque tinha internet e podiam trabalhar.-----

----- Em relação à Universidade Sénior, no momento só estava a funcionar o polo dos Anjos, mas estava-se a ver como seria interligado. Já tinham acontecido reuniões com pessoas que tinham aulas no Liceu Camões, para unir ou ficarem dois grupos, estando-se a perceber como queriam as pessoas ficar estruturadas. Não se podia impor às pessoas, tinha que se falar com elas.-----

----- Quanto à questão da Colina de Santana, era um assunto que se andava a tentar perceber o que estava pensado. Estaria atenta, assim como as pessoas o Executivo, em relação ao que era apresentado sobre a Colina de Santana. Sabia que o Hospital Dona Estefânia não estava incorporado, era o que conhecia, mas tinham que se ouvir todos os esclarecimentos.-----

----- Disse que de momento não poderiam estar a dissecar ponto a ponto do Plano, mas podiam falar sempre que quisessem, fazer mais reuniões para discutir todas essas situações. -----

----- **A Senhora Vogal do Executivo, Ana Gabriela Freire**, disse que havia competências fundamentais que deviam tentar desenvolver nas crianças e jovens, competências essas que estavam relacionadas com o trabalho colaborativo, com a construção do conhecimento e com a compreensão do mundo. Nessas competências a Junta tinha uma grande capacidade, juntando a conversa de muitas associações de estudantes e associações de pais, com as quais já se vinha a colaborar, com as próprias forças executivas dos agrupamentos. A Junta tinha de facto possibilidade de começar a tentar fazer mexer o conceito de diversidade cultural, que era fundamental compreender-se na área de Arroios. -----

----- Em cerca de mês e meio já se tinham visitado muitas instituições e tinham-se começado a discutir alguns aspetos. Por exemplo a questão do apoio às crianças, tinha também que se puxar pelas atividades culturais e desportivas, porque só dar apoio ao estudo acabava por não funcionar e tinha que ser algo de sistémico. Para isso era necessária a colaboração de muitos e, portanto, estariam sempre sensíveis a todas as propostas que viessem a ser colocadas. -----

----- Referiu que seria um ano muito interessante, uma vez que era um ano de mudança. O Executivo tinha algumas propostas curiosas, nomeadamente a “sopinha das culturas”, em que as próprias crianças das várias escolas poderiam participar no sentido de um festival multicultural. Havia muitas sugestões que se pretendiam implementar de uma forma mais concreta. Eram linhas intencionais relacionadas com uma perspetiva multicultural e uma educação que não era a do exame. Era preciso formar jovens para o futuro, que tivessem capacidade de conhecimento diferenciado, de adaptação e de compreensão do outro. -----

----- Em relação aos seniores, seria necessariamente um apoio importante para o aspeto intergeracional. Uma das ideias era precisamente pôr as gerações a falar umas com as outras e a mostrar aquilo que podiam ensinar umas às outras. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que existia a alfabetização, havia um trabalho feito e que se estava a continuar. -----

----- Quanto às comemorações, naturalmente que não se esquecia do 1 de dezembro e 5 de outubro, mas não se podia pôr tudo no Plano. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha faltado uma explicação sobre o transporte. -----

----- Quando a Senhora Presidente da Junta dissera que o Hospital Dona Estefânia não estava integrado na Colina de Santana, isso era verdade, só que se falava do hipotético Hospital de Todos os Santos ter uma área de pediatria e o Hospital Dona Estefânia ser encerrado. Ele não estava integrado na Colina de Santana, mas se calhar tinha já alguma posição futura para ser encerrado. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que a questão dos transportes estava na página 11, mas, como dissera, se especificassem área a área só saíam no dia seguinte, para analisar cem páginas. Havia toda a disposição para reunir e discutir, era só quererem. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Plano de Atividades 2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, BE e PAN), 1 voto contra (CDS-PP) e 6 abstenções (PSD e PCP). -----

----- Seguidamente deu os parabéns ao Executivo por ter apresentado um excelente Plano de Atividades, acompanhado também de um excelente Orçamento. -----

----- **Ponto 6 - Análise, discussão e votação do Orçamento 2014;** -----
----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo, António Bacalhau,** começou por dizer que o Orçamento tinha sido elaborado num espaço de tempo muito curto. A transferência de competências da CML para as Juntas de Freguesia estava na Lei, mas encerrava ainda muitas questões operacionais e de informação necessária para elaborar um Orçamento mais preciso, tendo havido alguma dificuldade em ter essa informação. -----
----- No início de novembro tinha havido uma reunião com a CML e não se voltara a ter mais informação. Era um processo que envolvia muitas entidades e essa podia ser uma explicação para a informação não fluir da forma como gostariam. -----
----- Quanto ao Orçamento, estavam as receitas e as despesas, onde se iria detalhar um pouco as despesas correntes com pessoal, a aquisição de bens e serviços, despesas de capital, outros números, e depois um quadro com as transferências de competências de acordo com a Lei 56/2012, onde estava expresso o valor a transferir para as Freguesias.
----- Relativamente às receitas correntes, aquelas que derivavam da transferência de competências e do Fundo de Financiamento das Freguesias, elas representavam 92% do valor. As Juntas iriam ficar com os mercados e outras competências que não tinham antes, mas não havia histórico de informação para avaliar em termos de receitas, por exemplo dos mercados, qual o verdadeiro valor em termos de receitas e despesas e que impacto teria. Por isso tinham sido um pouco conservadores relativamente à questão das receitas. -----
----- Quanto às despesas correntes, elas representavam quase 3.700.000, num Orçamento já de alguma dimensão. A própria Freguesia tinha uma dimensão diferente daquela que tinha antes e as rubricas que absorviam em termos de despesa uma maior percentagem eram a limpeza e higiene urbana, assim como o comércio e mercados e especificamente os mercados, que era uma das áreas a assumir pela Junta. Depois havia a administração autárquica, onde estavam os vários serviços que acabavam por ser transversais às diversas áreas de atuação e tinham sempre um valor elevado. -----
----- Disse que a ação social e saúde representavam 11%, refletindo também o Plano de Atividades apresentado; -----
----- O desporto e cultura tinham um valor que podia parecer interessante à primeira vista, mas existiam muitas despesas relacionadas com custos de manutenção e exploração da piscina, que no fundo era um serviço social que a Junta tinha que manter e pretendia manter; -----
----- A educação tinha 5% e as outras áreas com percentagens um pouco mais baixas, mas essas eram as grandes áreas. -----
----- O valor das despesas correntes dividia-se em despesas com pessoal, com 56%, porque eram precisas pessoas para implementar as atividades. A aquisição de bens e serviços representava 38%. Eram as duas grandes áreas das despesas correntes. -----
----- Nas despesas com pessoal, 2.073.000 euros, a higiene e limpeza urbana representavam mais de metade dessas despesas. Seriam transferidos, pelo que fora dado conhecer, 42 funcionários e existiam algumas questões relacionadas com taxas de absentismo elevadas e horas extraordinárias; -----
----- Em termos de administração autárquica, era aí que estavam concentradas as pessoas que faziam parte dos quadros, assim como avençados e prestação de serviços, sendo um valor com cerca de 20%; -----
----- No comércio e mercados com 12%, mais a parte dos mercados, também era relativamente a pessoas que transitavam da CML para a Junta de Freguesia; -----
----- Depois havia outras áreas, em que nas antigas Juntas agregadas estavam concentradas apenas numa área e por uma questão de transparência tinham-se alocado os recursos às diversas áreas, assim como os custos.-----

----- Se vissem as despesas com pessoal versus o total de despesas correntes, a higiene urbana representava praticamente um terço dessas despesas. -----

----- Relativamente à aquisição de bens e serviços, 1.400.000 euros, aí existia uma distribuição mais equitativa, sendo que na administração autárquica, por ser uma área mais transversal e que prestava serviços às outras áreas. A ação social e saúde, com 18%, assumia aí uma grande importância para o Executivo. -----

----- Tinham três mercados com custos de funcionamento elevados e o valor que estava era com base em dados históricos que se conseguira obter. -----

----- Na área de desporto e cultura, grande parte do valor tinha a ver com a exploração e manutenção da Piscina dos Anjos.-----

----- A higiene urbana e a educação tinham cerca de 10% cada uma, relativamente à aquisição de bens e serviços para o funcionamento geral dessas áreas.-----

----- Se vissem a aquisição de bens e serviços versus as despesas correntes, as áreas principais tinham valores próximos, sendo que a ação social, a saúde e a administração autárquica tinham valores um pouco mais elevados. -----

----- Quanto às despesas de capital, deveriam pensar no quadriénio, mas focalizaram no primeiro ano, porque era um primeiro Orçamento e existiam algumas questões relativamente à transferência de competências, sobre quem financiava o quê. Por exemplo tinha-se falado no elevador para ajudar à mobilidade no Mercado de Arroios. Mas não sabia se seria competência da CML ou da Junta. Ainda existiam muitas questões.-----

----- Para o primeiro ano havia como despesas de capital os 191.000 euros, em grande parte para maquinaria e equipamentos que se prendiam com a higiene e limpeza urbana. Seriam transferidas pessoas e alguns equipamentos, mas os equipamentos disponíveis não chegavam para todas as Juntas de Freguesia e poderiam ter que adquirir equipamentos para essa área;-----

----- As construções diversas tinham 55.000 euros e os investimentos incorpóreos tinham 34.000 euros.-----

----- Se fossem um pouco ao detalhe e ver o que continha cada uma dessas áreas, por exemplo para o equipamento, tinham dito que uma varredoura mecânica tinha custos bastante elevados mas que seria de considerar a aquisição de um equipamento desse tipo, porque provavelmente a Junta não iria receber esse equipamento. Também seria necessário adquirir um motocão. Nas construções tinham o parque infantil; -----

----- Naquilo que se relacionava com o incorpóreo, a plataforma digital integrada permitiria descentralizar o acesso aos serviços da Junta, através da aquisição de serviços para a elaboração de um site que permitisse às pessoas pedir um documento e pagar sem ter que se dirigir à Junta de Freguesia. -----

----- Ainda relativamente ao incorpóreo, havia a conceção de uma nova imagem e uma série de ações necessárias à construção dessa nova imagem, que no fundo não era nada palpável, mas era algo que ficava e, portanto, um ativo da Junta de Freguesia;-----

----- Disse que tinham considerado outros números importantes. O Orçamento Participativo tinha 15.000 euros no primeiro ano e podia parecer pouco face ao elevado Orçamento para 2014, mas era um primeiro passo importante. O Orçamento Participativo tinha sido uma sugestão de um dos partidos políticos. -----

----- Nas associações sem fins lucrativos incluía-se o associativismo e clubes locais, associações sem fins lucrativos nas áreas da educação, ação social, cultura; -----

----- Reforçava-se o apoio às famílias e as pequenas reparações em fogos municipais eram principalmente na Pena, onde existia um elevado número de fogos municipais, onde seria necessário efetuar pequenas reparações.-----

----- Disse que nas transferências da CML, de acordo com a Lei 56/2012, os 3.176.000 euros eram os que decorriam da Lei. Nas novas 24 Freguesias, em termos de transferência, não se percebia muito bem quais tinham sido os critérios, ou melhor, percebia-se mas não achava esses critérios justos, porque era a sexta maior Freguesia e, não sendo uma área muito grande, o que interessava eram as pessoas e o valor per capita era de 99 euros, o que os colocava muito abaixo da média e muito distanciados da Freguesia que se encontrava no primeiro lugar, com 394 euros.-----

----- Era por isso que a Junta teria que continuar a inquirir a CML e a pressionar para que a distribuição fosse mais justa.-----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** disse que tinha gostado muito de ouvir o Orçamento e louvava o Senhor Tesoureiro António Bacalhau pela capacidade, pelo esforço e pela dedicação que vinha tendo e pela capacidade de síntese. Tinha sido explicado de uma forma muito clara e era importante para que todos percebessem o que se passava e como era gasto o dinheiro público. -----

----- Tinha uma pergunta sobre questões que lhe tinham surgido, nomeadamente na página 3 do Orçamento, em relação aos estudos, pareceres, projetos e consultadoria, com um valor de 96140. Gostaria de perceber como era que esse valor se decompunha; -----

----- Na página 6, a primeira verba relativamente a gásóleo, com 12000 euros, também gostaria de ser esclarecido a que é que correspondia em termos práticos de prestação de serviço; -----

----- Tinha uma dúvida de última hora e que tinha a ver com a questão do Orçamento Participativo. Falava-se em 15000 euros e gostava de perceber em que rubricas estariam inscritos. Presumia que fosse para o Orçamento Participativo da Junta e não para o da Câmara.-----

----- **Membro Ana Mira Feio (PS)** começou por manifestar o seu agrado e apreço pelo esforço feito com o Orçamento, em que por um lado era habitual orçamentar uma receita pelo todo, mas do lado da despesa verificava-se um esforço acrescido na organização dos custos, com identificação das diferentes despesas. Era organizada a informação por entidades orgânicas. -----

----- Fazendo uma apreciação muito geral sobre o Orçamento, poderia vir a auxiliar o acompanhamento pela própria Assembleia de Freguesia da execução das atividades que se propunham no Plano de Atividades e que se consubstanciavam nos valores orçamentados. -----

----- Disse que o valor total orçamentado dividia-se em 5% desse montante para despesas de capital e 95% em despesas correntes. -----

----- Quanto às receitas, o grosso do montante era das transferências de competências da CML. Tinha-se feito bem em abrir as várias rubricas que estariam afetas aos diferentes protocolos de delegações de competências que seriam assinados e subscritos, que pelas suas designações facilitariam o acompanhamento entre a receita e a despesa. -----

----- Concretamente em relação à unidade orgânica da administração autárquica, verificava-se que o peso maior era em despesas com pessoal. Adiante apreciariam a proposta de quadro de pessoal, mas podia já referir que no quadro efetivo da Junta estavam colocadas 12 pessoas e, tendo em conta a explicação e os valores em causa, quase de certeza que o número de pessoas afetas a trabalhar e a colaborar com a Junta de Freguesia seria muito superior. Era importante darem algum esclarecimento sobre isso à Assembleia, porque o peso era de facto muito relevante. -----

----- Tinham sido referidas dívidas encontradas em São Jorge de Arroios e muitas vezes as dívidas apareciam não só pela parte e fornecedores, mas também dívidas às Finanças e à Caixa Geral de Aposentações. Se tivessem identificado dívidas dessa natureza, seria importante saber se estavam orçamentadas e em que rubricas. -----

----- Outra questão pertinente era em relação à ação social e saúde, que refletia quase de certeza a manutenção do posto clínico. Dizia isso porque tinha técnicos de enfermagem, serviços médicos, etc. Gostaria de ouvir alguma referência em relação a isso. -----

----- Olhando para as rubricas de desporto e cultura, verificava-se um valor elevado na aquisição de serviços, cerca de 180000 euros divididos em água, gás, etc. Calculava que fosse a manutenção do equipamento da piscina e, sendo um valor tão elevado, certamente que os valores cobrados à população não conseguiriam financiar. Não sabia se teriam outro tipo de iniciativas para divulgar mais a piscina, mas era sempre um equipamento muito apetecível por jovens, escolas, etc. Dado o custo, considerava importante haver um esclarecimento sobre isso. -----

----- **Membro Nuno Pereira da Cruz (PSD)** começou por felicitar o Executivo pela apresentação feita pelo Tesoureiro António Bacalhau, que tinha sido bastante elucidativa e que ajudava todos os presentes. -----

----- Disse que relativamente às delegações de competências da Lei 56/2012 e o ratio per capita que era atribuído a Arroios, em nome do PSD podia adiantar que teriam todo o apoio e estaria à disposição para, junto da CML ou outra entidade, denunciar essa situação que prejudicava seriamente todos os fregueses da Freguesia, ainda por cima sendo uma Freguesia com muitas necessidades. -----

----- Não era uma Freguesia nova, com equipamentos novos, com construções novas. Pelo contrário, era uma Freguesia onde existiam inúmeros problemas, pelo que esse ratio per capita era inaceitável e todas as forças partidárias deveriam, de uma forma unânime, tentar alterar essa situação no futuro. -----

----- Em relação ao Orçamento, tinha ficado com algumas dúvidas na parte das receitas, que certamente seriam esclarecidas. A delegação de competências eram os 3.176.000, depois havia o FFF com 271.000, mas gostaria de perceber a receita da DREL/DGAL, por que razão eram 47000 euros e como se tinha chegado a esse valor, assim como os 32000 euros nos POCs. Era importante perceber a questão das receitas. -----

----- Em relação às despesas havia sempre discordâncias, era inevitável, mas o Executivo estava para gerir a Junta e a Assembleia estava para fiscalizar e era importante, pelo menos em relação às receitas, estarem todos de acordo e perceber se realmente a Junta teria essas receitas para o Orçamento ser viável. -----

----- Disse que acompanhava algumas das questões levantadas em relação às rubricas com pessoal. Eram as que mais pesavam no Orçamento e seria importante uma explicação sobre esse assunto. -----

----- Tinha-se apercebido nas despesas que, na página 3, relativamente ao projeto “plataforma digital integrada” estavam 12.000 euros e na página 4 estava a “plataforma digital integrada” no valor de 30.000 euros. Perguntou se havia um custo de 42.000 euros e qual a razão dessa distinção. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** começou por agradecer ao Senhor Tesoureiro do Executivo a excelente apresentação do Orçamento, tendo ajudado bastante a esclarecer algumas das dúvidas. Era um passo importante para a transparência, em que os cidadãos e os Membros da Assembleia de Freguesia podiam fazer um acompanhamento muito mais rigoroso das rubricas e de quanto estava afeto a cada uma delas. Assim se percebia melhor o modo como era distribuído o Orçamento da Freguesia e a articulação entre o que era proposto no Plano de Atividades, aquilo que era efetivamente executado pela Junta de Freguesia e aquilo que era gasto em cada uma das rubricas. Esse Orçamento analítico, se assim o podia chamar, ajudava a compreender a proposta política do Executivo, o que era muito positivo e era de saudar. -----

----- Tinha algumas dúvidas, que iam na direção de outras já apresentadas, que tinham a ver com a repetição de algumas rubricas. Por exemplo, na ação social havia instituições

sem fins lucrativos e na educação também havia instituições sem fins lucrativos. Da mesma forma, havia o Orçamento Participativo na ação social e também havia na educação. -----

----- Tinha-lhe surgido uma pergunta, ao ler o Orçamento e preparar a sessão, se teriam um Orçamento cujo tema central fosse a ação social e saúde ou se seria a educação. Não conseguira compreender bem essa divisão. -----

----- Nos “estudos, pareceres e projetos, consultadoria”, em “estudos e pareceres técnicos” tinham 20.000 euros. Perguntou se tinham a ver com algumas das infraestruturas a ser criadas na Freguesia. -----

----- Na ação social e saúde, “outros trabalhos especializados” tinham “serviços técnicos especializados” e continuava a não perceber quais eram, pelo que gostaria de um esclarecimento relativamente a isso. -----

----- Na mesma página tinha uma dúvida sobre as famílias. Na apresentação o Senhor Tesoureiro tinha referido as famílias, mas sem especificar a que se referia esse ponto.--

----- Na parte da educação estava “aquisição de serviços” com 131.500 euros, “outros trabalhos especializados” com 122.000 euros e as “instituições sem fins lucrativos”. Mais uma vez estava na higiene urbana “aquisição de serviços” com 101.002 euros. Também no desporto e cultura aprecia a “aquisição de serviços” e as “instituições sem fins lucrativos”.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que havia despesas com o posto clínico, mas não se via do lado da receita qualquer verba. Perguntou se esses serviços seriam gratuitos ou não.-----

----- Questionou a verba de 96140 euros em “estudos e pareceres” e o total da verba em “trabalhos especializados”, que estava dividida por diversas áreas mas totalizava cerca de 235.000 euros. -----

----- Quanto à quotização da ANAFRE, verificava que já tinha havido a retificação. Era um exagero o total de 19.220 euros, porque fazendo umas contas, a ANAFRE recebia mais de 50 milhões, o que de facto parecia um exagero. Parecia ficar então nos mil euros e nesse caso punha-se a questão em relação a quem eram as outras entidades, uma vez que totalizava 18.200 euros.-----

----- Sobre a maquinaria, pensava que aí estaria uma locação financeira e, segundo percebia, tinha a ver com uma varredoura mecânica.-----

----- Verificava a existência de duas rubricas de seguros, uma que teria a ver com seguros de pessoal e a outra com seguros de outros riscos, nomeadamente incêndios, automóveis, etc., só que para o pessoal via diversas áreas sem verba. A questão era se o pessoal estaria devidamente seguro nos riscos.-----

----- Havia uma questão, que parecia já terem dado por isso, em que na página 6 estava um total de 3.872.000 e esse total só devia aparecer no fim do Orçamento. -----

----- (Neste momento a Mesa propôs que a reunião fosse prolongada para além da meia-noite, tendo sido aceite por unanimidade dos Membros da Assembleia de Freguesia)---

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo, António Bacalhau,** disse que iria seguir a ordem do próprio Orçamento, começando pela receita e continuando na despesa. -----

----- Agradeceu ao Membro Nuno Cruz do PSD a disponibilização e o apoio na questão do ratio per capita, que se considerava uma injustiça.-----

----- Na parte da receita, DREL/DGAL, existiam transferências da DGAL que se prendiam com o ordenado do Presidente da Junta, mais as despesas sociais. Também da DREL havia no passado transferências de valor reduzido e que tinham sido aí enquadradas. -----

----- Relativamente aos POCs, com base nos dados históricos das três Juntas, assumira-se que para dar continuidade se apresentava esse valor de 32.000 euros. Era o valor que

estava do histórico e acrescentara-se um pouco para, uma vez que não se podiam contratar pessoas, poder usufruir desses programas de apoio.-----

----- Passando para a despesa, os números estavam dispersos pelas diversas orgânicas tentando ser o mais transparente possível e tentando fazer um controlo sobre o Orçamento, onde se pudessem alocar as despesas da educação à educação, despesas da área social à área social, etc.-----

----- Quanto aos recursos humanos, que na despesa tinham um elevado peso, na orgânica da administração autárquica estavam a falar dos Membros do Executivo. O Presidente estava a tempo inteiro, o Secretário e Tesoureiro estavam a tempo parcial. Havia sete funcionários dos quadros, dois funcionários a termo, três funcionários em regime de tarefa ou avença e seis funcionários ao abrigo do IEFP; -----

----- Na área da ação social e saúde havia um funcionário do quadro, um funcionário a termo, um técnico em regime de avença. A previsão para o posto clínico era que fossem seis avençados, nas áreas de enfermagem, psicologia, nutrição e pedologia, e seis funcionários ao abrigo do IEFP; -----

----- Ainda em termos de recursos humanos, na higiene urbana previa-se a transferência de 42 pessoas do quadro;-----

----- No desporto e cultura existia um funcionário do quadro e 20 monitores para natação, ginástica, karaté e yoga, dois professores para as atividades culturais e um funcionário ao abrigo do IEFP na biblioteca. -----

----- Relativamente aos mercados, esperavam-se 12 pessoas do quadro no âmbito da transferência de competências;-----

----- Nos balneários, sanitários e lavadouros, eram 4 funcionários ao abrigo do IEFP; --

----- Nos espaços verdes, um funcionário ao abrigo do IEFP;-----

----- No espaço público, 8 funcionários ao abrigo do IEFP. -----

----- Essa tinha sido a forma encontrada no imediato de alocar essas pessoas. -----

----- Quanto aos “estudos e pareceres, projetos de consultoria”, havia algo que já resultava das Juntas anteriores. Era um Orçamento elevado e necessitava de apoio e acompanhamento, sendo que nessa rubrica estava o apoio jurídico, contabilidade, imagem e comunicação para fazer o boletim e o jornal que se pretendia implementar. O projeto da plataforma digital tinha a ver com a definição do projeto e depois o suporte, porque era necessário integrar os diversos temas no site, com o sistema de pagamentos e o *free-soft* onde era feita a contabilização dos movimentos e ser tudo integrado. -----

----- Atualmente, quando alguém ia à Junta e pedia por exemplo um atestado, era impresso um papel internamente para que depois a receita fosse lançada, ia para a contabilidade para ser inserido. O que se pretendia era fazer toda essa integração.-----

----- Os estudos e pareceres técnicos tinham a ver com a uniformização da imagem da Freguesia e o projeto do parque infantil, que teria de ser suportado pela Junta de Freguesia. Não eram projetos técnicos baratos. Também se incluía aí a questão do refeitório e balneário do pessoal que seria feito por baixo das instalações da Junta de Freguesia atual, numa das salas que estava livre. -----

----- A plataforma integrada na área das despesas de capital tinha a ver com a elaboração e implementação do site, intranet e toda a integração prevista. Era um valor previsional e estavam-se a negociar propostas, mas para já era o valor que se conseguira obter. -----

----- Na área da ação social, relativamente ao gasóleo alguém tinha questionado os 14.000 euros. Isso tinha a ver com o “Lisboa Porta a Porta”, que seria extensível a toda a Freguesia. Atualmente só tinha um circuito, que era na Pena com uma carrinha e passaria a ter três carrinhas. Estava aí previsto o valor para o gasóleo e nos primeiros meses se veria melhor as despesas com essa rubrica para fazer uma avaliação do valor ao ano todo.-----

----- Relativamente a “outros trabalhos especializados” na área da ação social, tinha a ver com o apoio técnico ao funcionamento dos serviços. Estava-se a falar do jurista que já existia em Arroios para prestar apoio às pessoas e também do protocolo com a Ordem dos Advogados, que atualmente era a Junta a suportar o valor das consultas quando as pessoas pediam ajuda. Estavam aí integrados também os monitores do Programa de Envelhecimento Ativo e Saudável, os monitores do Praia-Campo e um acordo com a Paróquia de Arroios para teleassistência a idosos, em que o aparelho ficava em casa dos idosos e a Junta suportaria esse custo. Havia ainda um valor para outros protocolos que viessem a ser desenvolvidos no âmbito do Plano de Atividades apresentado. -----

----- Quanto às famílias, esse valor tinha a ver com o Fundo de Emergência Social, para apoiar as famílias em situações de emergência, famílias sem condições para, por exemplo, pagar uma renda de casa, a água ou a luz e também parte dos medicamentos.

----- Ainda na ação social, “outras” com 15.000 euros, tinham a ver com material Praia-Campo que era necessário e cabazes de Natal. -----

----- Estava o Orçamento Participativo nessa orgânica. Ou se criava um valor, ou se criava o Orçamento Participativo em mais do que uma orgânica e era isso que se decidira. Era o Orçamento Participativo da Junta, não era o da CML, e seriam propostos projetos na área da ação social e da educação, para que as pessoas pudessem escolher quais os projetos em cada área a serem implementados. -----

----- Um dos projetos que fazia parte do Plano de Atividades era uma rádio e estava incluído em “outras” o valor para, se necessário, fazer a aquisição de equipamento. Estava-se a falar com o Liceu Camões, uma vez que também tinha uma rádio, para ver como se poderia implementar essa medida. -----

----- Passando para a educação, a “aquisição de serviços” tinha a ver com o apoio técnico geral ao funcionamento dos serviços. Aí estavam os monitores de CAF e a manutenção do parque escolar, pequenas reparações. Havia também auxiliares no jardim de infância da Pena, que deviam estar em “pessoal” mas não se sabia o vínculo contratual e no imediato eram colocados ali. Tinha a ver com o projeto “Intervir para o Futuro”, que era um programa de apoio ao estudo integrado. -----

----- Nas instituições sem fins lucrativos decidira-se diferenciar o que era ação social, educação, cultura e desporto. Veriam a forma de apoiar os clubes locais e todas as instituições sem fins lucrativos em projetos específicos. -----

----- Na rubrica “outros” havia vários eventos na área da educação. Alguns já tinham sido falados, como a “sopinha de cultura”, como a impressão do jornal escolar, como o apoio para aquisição de bilhetes de teatro, horta escolar, as datas comemorativas, etc. --

----- Passando para a higiene urbana, os 155.000 euros eram distribuídos em gasóleo, em vestuário e artigos pessoais, material de transporte e aquisição de serviços, que era o encargo com as instalações e a água, que tinha um peso bastante importante com a lavagem das vias. Tinha ainda a eletricidade e a conservação dos bens, como equipamentos e máquinas. -----

----- Na área do desporto e cultura, na “aquisição de serviços”, muito desse peso tinha a ver com a piscina, que tinha um custo bastante elevado. Em termos de receita a piscina representava 100.000 euros e a despesa representava 200.000 euros. Havia 100.000 euros que tinham de ser preenchidos de outra forma e procurariam reduzir os custos de funcionamento da piscina. Em gás eram 90.000 euros. -----

----- Estava em estudo um projeto para substituição do telhado, que atualmente era um balão que consumia bastante gás. O investimento podia ser elevado nessa fase, mas seria amortizado nos anos seguintes e como consequência reduziam-se as despesas de funcionamento da piscina. -----

----- Quanto às dívidas de São Jorge de Arroios, já se tinha contemplado no Orçamento, na orgânica da administração autárquica, Caixa Geral de Aposentações, um valor elevado para dívidas de São Jorge de Arroios, cerca de 70.000 euros mais 7.000 euros em juros. A ADSE também tinha cerca de 7.000 euros em dívida.-----

----- Alguém poderia falar depois mais em detalhe sobre a manutenção do posto clínico, mas as instalações atuais não ofereciam condições e estava-se à procura de um espaço e seria necessário pagar uma renda, fazer obras para adequar o espaço e comprar material clínico. Não se tinha já considerado em termos de receita porque não havia informação fidedigna sobre o posto clínico, tendo que se recolher informação sobre as eventuais receitas. Considerava-se que era um serviço social e por isso teriam que investir um pouco mais de dinheiro público nessa fase, para depois se conseguir obter receitas que ajudassem a pagar ou pagassem na totalidade esse serviço. -----

----- Relativamente aos seguros com pessoal, não se sabia a situação de algumas pessoas que chegariam no âmbito da transferência de competências e no imediato ficava esse valor em aberto. Com o tempo conheceriam todas as situações e o valor dos seguros. --

----- Concluindo, disse que era um Orçamento elevado. Do lado da despesa tentariam estabelecer o máximo de acordos, mesmo com o universo empresarial, para que o dinheiro no investimento pudesse também ser obtido com apoios da sociedade e das empresas presentes na Freguesia. Assim teriam um Orçamento mais justo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do Senhor Tesoureiro, que certamente teria esclarecido todas as dúvidas. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Orçamento para 2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e PAN), 1 voto contra (CDS-PP) e 7 abstenções (PSD, PCP e BE).

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Mesmo verificando que este Orçamento representa um grande esforço para o Executivo, um Orçamento que não é fácil, devido às circunstâncias, no entanto nós não fomos além da abstenção visto que ele contém muitas rubricas que têm a ver com a transferência das competências, o que para nós é bastante complicado. -----*

----- *Portanto, percebendo que representou um grande esforço, mas queríamos dizer que não fomos além da abstenção por esse motivo. -----*

----- *Também queremos dizer que estamos plenamente com o Executivo na questão da representação per capita do valor.” -----*

----- **Membro Vitor Carvalho (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Deixem-me só começar por uma nota pessoal muito rápida. Como provavelmente muitos saberão, eu era Membro da Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios e estávamos habituados a uma apresentação de Orçamento muito sui generis, para não lhe chamar outra coisa, e de facto esta apresentação do António Bacalhau foi de facto a melhor apresentação de um Orçamento que eu vi até hoje e dou-lhe os parabéns, porque de facto foi muito bem explicado. -----*

----- *A divisão do Orçamento em várias rubricas, creio que não oferece dúvidas a ninguém. É um Orçamento muito claro, que define um objetivo estratégico muito bem definido pelo Executivo e obviamente que o PS espera e deseja os maiores sucessos ao Executivo. -----*

----- *Não queria deixar de realçar de facto a clareza, a objetividade e o domínio com que este Orçamento foi apresentado e, portanto, gostaria só em nome do Partido Socialista de deixar os parabéns ao Executivo, mas principalmente ao Tesoureiro António Bacalhau.” -----*

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo, António Bacalhau**, agradeceu, referindo que não era o trabalho de uma só pessoa e sim de uma equipa. Tinham sido muitas pessoas a passar noites e madrugadas de volta do Orçamento.-----

----- **Ponto 7 - Análise, discussão e votação do Plano Plurianual de Investimento 2014-2017;** -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo, António Bacalhau**, disse que a questão da despesa de capital já tinha sido abordada.-----

----- O Executivo focara-se no primeiro ano, porque ainda existiam algumas questões no âmbito do financiamento para determinadas obras. Portanto, o primeiro ano estava com valores e nos anos seguintes ainda não havia valores, mas numa próxima retificação ao Orçamento do ano seguinte já haveria um período temporal mais alargado.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que gostava de acompanhar o que fora dito pelo PSD e pelo PCP relativamente à verba que era adjudicada à Freguesia.-----

----- Referiu que havia 80.000 euros na despesa relativos a modernização de maquinarias e equipamentos, tendo o Senhor Tesoureiro António Bacalhau dito que grande parte dessa verba era para alguns equipamentos a ser adquiridos e que resultavam de uma transferência de competências da Câmara.-----

----- Para além de se ter adjudicado uma verba cujo valor per capita era muito baixo para a Freguesia de Arroios, a delegação de competências acompanhava custos bastante penosos e que iriam dificultar a ação do Executivo. Nesse sentido, era extremamente importante fazer-se chegar junto do Executivo da CML essa discordância face ao valor atribuído e face àquilo que se esperava do exercício das Juntas de Freguesia, com um Orçamento claramente diminuto e com os custos acrescidos pelas novas funções que teriam de exercer, quando essas funções eram anteriormente da Câmara. Era importante que isso fosse deixado bem claro.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo, António Bacalhau**, esclareceu que tinha sido enviada uma carta ao gabinete da Vereadora Graça Fonseca, manifestando o desagrado e justificando as razões. Esperava-se que em breve houvesse uma resposta.-----

----- Agradeceu o apoio dos diversos partidos.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Plano Plurianual de Investimentos para 2014-2017**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS e PAN), 1 voto contra (CDS-PP) e 7 abstenções (PSD, PCP e BE).-----

----- **Ponto 8 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal;** -----

----- **A Senhora Vogal do Executivo, Ana Gabriela Freire** disse que queria fazer uma retificação na parte do mapa-resumo, em que havia uma troca. Em encarregado geral operacional eram três e encarregado geral era um. O total não se alterava.-----

----- Era um mapa que refletia única e exclusivamente as pessoas que estavam ao serviço atualmente, os 12 que tinham um vínculo à instituição, e refletia aquilo que se pretendia para futuro e que na parte inicial seriam 20 pessoas. Depois havia as pessoas que chegavam pela delegação de competências para a higiene e limpeza e mercados.-----

----- O que estava era só o quadro de pessoal e aquele que se queria alargar, sendo certo que alguns postos que se pretendiam abrir seriam para pessoas que já estavam a trabalhar com a Junta com um vínculo precário. Provavelmente até seriam mais, mas no imediato era essa a proposta.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que havia 70 vagas e compreendia-se que o pessoal que chegaria por transferência de competências, mas num quadro acima apareciam 8 vagas. Perguntou se estariam a pensar fazer a retificação das pessoas em situação precária, nomeadamente na ex Freguesia da Pena, em que havia casos desses.

----- **A Senhora Vogal do Executivo, Ana Gabriela Freire**, confirmou que seria dessa forma. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 - Análise, discussão e votação do regulamento e tabela de Taxas da Junta de Freguesia de Arroios;** -----

----- **O Senhor Vogal do Executivo, Fernando Ricardo** disse que o primeiro ponto tinha a ver com a justificação para as taxas que eram sugeridas à Assembleia. O princípio de boa administração exigia que houvesse um cálculo dos custos associados à prestação dos serviços, mas havia a realidade da criação da nova Freguesia, o que de alguma maneira dificultava muito o cálculo dos custos. Então seguiu-se também outro critério, que era o de ter em conta as taxas aplicadas nas anteriores Freguesias. -----

----- Procurara-se seguir a média desses valores, sabendo que esses valores não cobriam os custos, nomeadamente na utilização de certos equipamentos. Já se tinha referido a piscina. Ainda assim, procurara-se alguma orientação para os custos, mas o grande referencial era a média das taxas cobradas nas anteriores Freguesias. -----

----- Esclareceu que o Regulamento não abrangia as taxas a cobrar no âmbito das competências delegadas à luz da Lei 75/2013, até porque essa delegação seria depois objeto de um acordo de execução entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal de Lisboa, a ser celebrado no prazo de 180 dias após a instalação da Junta. Havia ainda algum tempo para o efeito. Celebrado esse acordo de execução, estariam então em condições para definir as taxas a cobrar no âmbito dos serviços prestados na delegação de competências. -----

----- Nessa altura seria colocado à consideração da Assembleia de Freguesia o regulamento para essas taxas. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que o método de cálculo utilizado tinha sido a média e a pergunta que colocava era por que razão não utilizavam o valor mais baixo. -----

----- Também no artigo 6º, quanto às isenções, não estavam muito claros os critérios a aplicar; -----

----- No artigo 11º número 1, não estava muito de acordo com o pagamento de registo e licença para gatiões. Por exemplo, sabia-se que os gatos normalmente não invadem o espaço público. Não se via a necessidade desse pagamento, que para o PCP devia ser gratuito; -----

----- No artigo 6º número 3, seria de retirar a alínea f), “cães para investigação científica”; -----

----- No artigo 15º, quanto aos incumprimentos, considerava que os agravamentos para quem não cumprisse eram muito elevados; -----

----- Também deveria ser uma taxa mais baixa para os cães de companhia; -----

----- Quanto aos cães de caça, não se compreendia muito bem um valor tão elevado, visto que o cão não tinha culpa de alguém poder estar contra a caça. Deveriam começar era por não dar licença de porte de arma; -----

----- A utilização dos campos de jogos e das aulas de natação, achava no todo um pouco elevadas. Compreendia que os custos eram muito elevados, mas por exemplo as aulas de natação dos 4 aos 12 anos deviam ser um pouco mais baixas. Pretendia-se incentivar para as crianças mais pequenas a aprendizagem da natação desde muito cedo, assim como do desporto; -----

----- Havia umas taxas para atividades diversas que tinham um mínimo de 2 euros e um máximo de 75, não se percebendo a que se destinavam; -----

----- Depois havia uns “serviços de enfermagem” que pensava serem para o posto clínico, mas tinha sido explicada a razão de não haver as receitas.-----

----- **O Senhor Vogal do Executivo, Fernando Ricardo**, disse que o Executivo tinha pegado nos valores que eram praticados nas três anteriores Juntas de Freguesia. Alguns poderiam à partida ser considerados mais elevados, mas por exemplo naquilo que respeitava à utilização da piscina, sabendo o peso que ela tinha no Orçamento da Junta, os valores aproximavam-se mas não atingiam de maneira nenhuma os custos envolvidas na utilização de cada freguês. Tinha externalidades positivas, pois promovia bons hábitos de vida, etc.-----

----- Não tinha havido muito tempo para ponderar acerca da repercussão de cada uma das taxas na utilização e nos serviços que eram prestados. O que se tinha feito era manter as taxas que estavam a ser cobradas nas anteriores Juntas. O Executivo estaria atento à evolução, quer em termos de aderência das pessoas, quer também auscultando a opinião delas acerca das taxas que iam sendo cobradas e da contrapartida que era prestada pela Junta. Passado algum tempo estariam em condições de rever os valores, se fosse esse o caso.-----

----- Quanto ao valor entre os 2 euros e os 75 euros, a ideia era ter em conta as isenções concedidas para pessoas que auferissem o rendimento mínimo ou o ordenado mínimo nacional, que tinham um desconto de 40% num serviço cujo custo mínimo era de 5 euros. Os 75 euros eram um prémio às pessoas que se predispunham a utilizar vários serviços prestados, que tinham o bónus de não lhes ser cobrado mais que 75 euros.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que muitas das pessoas sem condições económicas para pagar a piscina ou outras atividades eram pessoas que estavam isentas. O cartão seria alargado aos três polos da Freguesia e muita gente estaria isenta dessas taxas.-----

----- As taxas tinham sido feitas com base nas taxas que existiam e era necessário algum tempo para perceber o que se passaria em relação ao futuro, mas não se tinham aumentado taxas.-----

----- Disse que tinha três gatos e, portanto, não tinha nada contra os gatos, mas era com base nos valores já estipulados.-----

----- **O Senhor Vogal do Executivo, Rui Cordeiro** disse que se pretendia a nível nacional que houvesse um registo nacional de animais, para se saber exatamente quantos existiam e a melhor maneira era através do registo. O que se pretendia do valor era que as pessoas, quando fossem registar um animal, não saíssem de lá apenas com um papel e que levassem nem que fosse um saco de plástico, ou alimentação para os animais.-----

----- Isso também serviria para ter uma base de dados de pessoas necessitadas que fossem lá registar os animais, para saber se as pessoas realmente tinham necessidade ou não e se tinham capacidade de alimentar os animais. Para isso estavam-se a encetar negociações com uma associação, para ter benefícios com ela, em que essa associação daria alimentação para os animais a todas as pessoas que tivessem necessidade, bem como cuidados veterinários no caso das pessoas não terem capacidades financeiras para isso. Era bastante interessante e podiam obter grandes regalias para as pessoas mais necessitadas.-----

----- Disse que as pessoas de idade tinham muitos animais de companhia, porque geralmente eram as únicas companhias que tinham. Quando as pessoas não tinham sequer dinheiro para elas, muito menos teriam para o animal. As taxas eram reduzidas mas os benefícios a ter em troca eram muito maiores, para ter o registo de canídeos e gatídeos.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** perguntou por que razão iriam, enquanto Assembleia de Freguesia e enquanto coletivo, isentar de taxas o uso de animais para investigação

científica. Deviam pensar se era importante no atual momento do desenvolvimento científico continuar a usar animais para investigação científica.-----

----- Não tinha feito uma intervenção antes porque a Membro do PCP se adiantara. Tinha ficado à espera da resposta e essa passara sem resposta.-----

----- Não conseguia entender que numa Junta de Freguesia se taxassem gatos e cães e isentava-se o uso de animais para investigação científica.-----

----- **O Senhor Vogal do Executivo, Fernando Ricardo**, disse que em todos os regulamentos das Juntas de Freguesia havia essa isenção. Não estava a dizer que não tivesse bondade naquilo que a Membro do BE estava a dizer e reconhecia-se nessas palavras, mas era uma prática generalizada. Se analisassem os vários regulamentos de diversas Juntas de Freguesia, encontrariam lá essa situação.-----

----- Iriam considerar o assunto, não excluindo a possibilidade de serem pioneiros nesse ponto.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento e Tabela de Taxas da Junta de Freguesia de Arroios**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PAN e CDS-PP), 1 voto contra (BE) e 6 abstenções (PSD e PCP).-----

----- **Ponto 10 - Análise, discussão e votação da adesão da Freguesia de Arroios à ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que se tratava das vantagens por serem associados da ANAFRE. O custo era de mil euros por ano mas tinha um conjunto de contrapartidas muito importantes e significativas.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que todos estavam conscientes das vantagens em pertencer à ANAFRE, uma associação de Freguesias que acabava por reforçar a força de cada uma das Freguesias.-----

----- Submeteu à votação a **Adesão da Freguesia de Arroios à ANAFRE**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Seguidamente desejou a todos um bom ano de 2014, desejando ainda que em 2014 todas as Assembleias de Freguesia decorressem tão bem como aquela que agora se estava a encerrar.-----

----- Deu por encerrada a sessão, eram zero horas e vinte minutos do dia 31 de dezembro de 2013.-----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente ata que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ .-----

----- A PRESIDENTE-----